

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v15i26.660>

TEMPOS DE SEGREGAÇÃO (1948-94): ensino de história, políticas de memórias e desigualdades sociais no universo do povo Zulu^{1,2}

SEGREGATION TIMES (1948-94): Teaching history, memory politics and social inequalities in the universe of the Zulu people

TIEMPOS DE SEGREGACIÓN (1948-94): enseñanza de historia, políticas de memorias y desigualdades sociales en el universo del pueblo zulú

ALDINA DA SILVA MELO

Mestra em História/Universidade Estadual do Maranhão

Doutoranda em Políticas Públicas (Bolsista CAPES) / Universidade Federal do Maranhão

São Luís/Maranhão/Brasil

aldina08@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho parte do universo do povo zulu, da região de KwaZulu-Natal (África do Sul), para analisar o ensino de história, as políticas de memórias e as desigualdades sociais presentes nas terras sul-africanas durante o Apartheid. Nesse sentido, a análise, que toma os anos de 1948 a 1994 como recorte temporal, utiliza como fontes a coleção de livros didáticos History for Today, imagens e jornais levantados no arquivo sul-africano Alan Paton Center e na biblioteca pública de Pietermaritzburg. Tais fontes foram produzidas e utilizadas no período do Apartheid (1948-1994). Procura-se ainda investigar quais eram as políticas educacionais presentes na África do Sul durante aquele regime. O intuito é identificar nos livros didáticos e nas políticas educacionais os modos como a/as identidade(s) zulus foram construídas, pensadas e dadas a ler, além de problematizar os modos de ver da sociedade sul-africana no que se refere à população zulu no período em questão.

Palavras-chave: Zulu. África do Sul. Ensino de História.

Abstract: This article will examine the assemblage of the Zulu people, from the KwaZulu-Natal region (South Africa), with the intention to analyze the history teaching, memory politics and social inequalities present in the South African lands during the period of Apartheid. The analysis, which pertains to the years 1948 to 1994, uses as its sources, the History for Today collection of textbooks, images and newspapers from the South African archives Alan Paton Center and the Pietermaritzburg public library. These sources were produced and utilized in the Apartheid period (1948-1994). It also seeks to investigate which educational policies were present in South Africa during that regime. The aim is to identify in textbooks and educational policies the ways in which Zulus identity (s) were formulated, conceptualized and construed, as well as problematizing South African society's views on the Zulu population in the period in question.

Keywords: Zulu. South Africa. Teaching History.

¹ Artigo submetido à avaliação em junho de 2018 e aprovado para publicação em novembro de 2018.

² O presente artigo, em grande medida, consiste na exposição de parte dos resultados de pesquisa, concluída em 2017 e realizada em nível de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Maranhão (FAPEMA). A pesquisa também esteve vinculada ao Projeto “Dançando com zulus e chopis: patrimônio, cidadania e gênero na África Austral”, aprovado no âmbito da Chamada CNPQ/CAPES 43/2013, desenvolvido sob coordenação do Prof. Dr. Antonio Evaldo Almeida Barros e, por meio do qual, foi possível realizar, em 2016, pesquisa de campo e arquivística na África do Sul.

Resumen: Este trabajo parte del universo del pueblo zulú, de la región de KwaZulu-Natal (África del Sur), para analizar la enseñanza de la historia, las políticas de memorias y las desigualdades sociales presentes en las tierras sudafricanas durante el Apartheid. En ese sentido, el análisis, que toma los años de 1948 a 1994 como recorte temporal, utiliza como fuentes la colección de libros didácticos *History for Today*, imágenes y periódicos levantados en el archivo sudafricano Alan Paton Center y en la biblioteca pública de Pietermaritzburg. Estas fuentes fueron producidas y utilizadas en el período del Apartheid (1948-1994). También busca investigar cuáles eran las políticas educativas presentes en Sudáfrica durante ese régimen. La intención es identificar en los libros didácticos y en las políticas educativas los modos como la/las identidad(es) zulús fueron construidas, pensadas y dadas a leer, además de problematizar los modos de ver de la sociedad sudafricana en lo que se refiere a la población zulú en el período en cuestión.

Palabras clave: Zulú. África del Sur. Enseñanza de Historia.

Introdução

O campo dos debates sobre a memória e, mais precisamente, acerca das políticas de memória, tem sido tomado fortemente como objeto de reflexão nas Ciências Humanas e Sociais, mobilizado diversos intelectuais, organizações políticas e atores sociais na tentativa de (re)construção de experiências e (re)afirmações de identidades dos sujeitos, apreendendo assim a memória como espaços de conflitos³. No universo do Ensino de História, em Kwazulu-Natal, província sul-africana, esse debate também se faz presente, atual e muito corrobora nos estudos que focam no sul global como lócus de produção de conhecimento, chamando a atenção para os processos de manutenção e questionamento de desigualdades sociais as quais estiveram (e ainda estão) imersos diferentes sujeitos. É então nessa arena de discussão que este trabalho traz alguns questionamentos, a saber: de qual história tem se ocupado os historiadores sul-africanos em tempos do Apartheid? Qual história chegou à Educação Básica via livros didáticos de História na África do Sul durante o regime segregacionista? Um dos primeiros pontos para compreender tais questionamentos talvez seja a historicização da “história oficial” daquele país.

A historiografia sul-africana foi marcada por dois eventos que podem ser considerados fundadores. De um lado tem-se a guerra zulu e, de outro, a guerra bôer. Durante o regime do Apartheid, estes eventos foram apropriados nos livros didáticos de história de maneiras opostas, a saber: a guerra zulu foi apropriada com o intuito de revelar a “brutalidade” e “selvageria” dos zulus e, portanto, legitimar o imperialismo e o estado segregacionista que ali se instaurava; em contrapartida, a guerra bôer passou a ser usada com o sentido de trazer à tona o caráter “vitimado” dos bôeres diante dos ingleses, bem como a

³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 3-15, 1989.

Outros Tempos, vol. 15, n. 26, 2018, p. 147 - 173. ISSN: 1808-8031

“injustiça” cometida contra esses sujeitos. Inscritos como os verdadeiros representantes de uma nação genuinamente sul-africana heroica, os bôeres foram postos como aqueles que sofreram com os ditames da colonização, mas resistiram bravamente ao imperialismo britânico. Assim, o intuito é discutir e problematizar como certas memórias foram produzidas, silenciadas e homogeneizadas sobre os zulus e como certas identidades foram impostas a estes sujeitos por uma comunidade de historiadores num país segregado, além de problematizar os modos de ver da sociedade sul-africana no que se refere à população zulu no período em questão naquele país.

Considerando essas questões, este trabalho está organizado em dois eixos. Na primeira parte aborda-se o que foi o regime do Apartheid. Para tal, traz-se para o palco de debate o paradoxo historiográfico da dupla fundação da África do Sul posto que tal paradoxo, posteriormente, passou a ser incorporado pelo Partido Nacional a fim de legitimar a segregação. Neste ponto, são analisadas ainda algumas das principais leis, discursos e políticas educacionais segregacionistas ocupadas em atribuir o status de legitimidade ao regime do Apartheid. Na segunda parte deste artigo a análise centra-se nas representações sobre os zulus presentes em duas coleções de livros didáticos adotados pelo sistema educacional sul-africano nas últimas duas décadas do Apartheid.

Memórias do Apartheid em livros didáticos: das guerras zulus e bôeres à segregação

Dois são os eventos que podem ser tomados como marcos fundadores, ou pelo menos elucidativos, da história da África do Sul, a saber: a guerra zulu e a guerra bôer. Uma análise mais acurada sobre esses dois episódios é fundamental para uma maior compreensão do próprio Apartheid. É importante lembrar que os fundamentos do Apartheid foram traçados ainda durante a colonização e que o debate sobre imperialismo muito contribui nesse ponto das reflexões.

Datada da segunda metade do século XIX, a guerra zulu corresponde a um conflito entre britânicos e zulus durante o processo de invasão e expansão do domínio inglês sobre as terras ao sul do continente africano. E o colonialismo traz alguns elementos que muito ajudam a problematizar e compreender esse período da história zulu que ficou registrado na historiografia como “guerra Anglo-Zulu”. A chegada dos primeiros brancos em 1824 representou mudanças dramáticas para o reino zulu.

Vários foram os conflitos entre o exército britânico e zulu, ocasionados sobretudo pelo desejo de expansionismo colonial britânico. Na maioria destes conflitos os zulus saíram vitoriosos, como foi o caso do enfrentamento abaixo do Monte Isandlawana que deixou 1300 soldados britânicos e aliados africanos mortos⁴.

A notícia da vitória dos zulus sobre os britânicos chegou à Europa como uma “verdadeira tragédia”, sendo inscrita como motivo de comoção internacional. Isso fez com que o governo do primeiro-ministro Benjamin Disraeli enviasse à África do Sul reforços para o exército britânico travar uma nova batalha contra o reino zulu com a finalidade de “resgatar a honra” dos britânicos derrotados na batalha de Isandlawana. Então, logo em seguida, é desencadeada uma guerra contra os zulus. Essa guerra é travada num momento em que os guerreiros zulus estavam se recuperando da batalha de Isandlawana, o que contribuiu para que os britânicos saíssem vitoriosos. Na guerra Anglo-Zulu foram mortos mais 10.000 zulus.

No entanto, se de um lado Isandlwana ofereceu o privilégio da vitória militar dos zulus sobre os britânicos, por outro provocou uma reação amarga. Os reforços britânicos chegaram em peso em Zululand. Isandlwana tinha representado uma vitória cara (aos zulus), um tipo de luta que o exército zulu não tinha experimentado antes [...]. Os zulus não tinham como [sair vitoriosos numa segunda guerra diante do] poder concentrado de fogo [dos] britânico, e o assombroso golpe [...] de três derrotas sucessivas, em Khambula, Gingindlovu e finalmente oNdini (Ulundi).⁵

Desse “banho de sangue”, como também ficou conhecida a guerra Anglo-Zulu, provocado pelo expansionismo colonial britânico resultou que “nenhum exército zulu surgiu para desafiar o progresso do colonialismo”⁶. O interesse dos britânicos pelo domínio da colônia do Cabo, posteriormente chamada de província, deu-se, em grande medida, por dois pontos centrais. No primeiro plano, a Revolução Industrial, na Grã-Bretanha, criou uma demanda por matérias-primas provenientes de mercados estrangeiros e por novos mercados. A localização estratégica do Cabo na importante rota marítima entre a Grã-Bretanha e os postos de comércio britânicos na Ásia era crônica. A Colônia do Cabo poderia servir como um posto militar para proteger os interesses comerciais britânicos, particularmente aqueles na Índia. Em segundo lugar, os portos naturais na costa da África Austral eram extremamente

⁴ KNIGHT, Ian. *The anatomy of the zulu army: from Shaka to Cetshwayo (1818-1879)*. Pretória: Frontline Books, 1995.

⁵ KNIGHT, op. cit., p. 42.

⁶ KNIGHT, op. cit., p. 44.

limitados. Sendo assim, o controle britânico dos portos da Península do Cabo impediria as potências estrangeiras de fazerem uso das instalações locais⁷.

Outro evento que materializa as consequências do imperialismo britânico na África do Sul foi a guerra bôer. Os bôeres são descendentes de holandeses que migraram para a África do Sul após serem expulsos de Angola em 1648 quando “[...] a coalizão luso-brasileira venceu as tropas coloniais holandesas em Luanda, obrigando a sua retirada do território angolano”⁸. Chegando à África do Sul os fazendeiros holandeses passaram a ocupar a região sul, apropriando-se da mão de obra escrava naquela região. Esses e outros fatores significaram “[...] uma forte pressão holandesa sobre os nativos da região, especialmente os khoikhoi, que, diante da estrutura de dominação colonial, passaram a atuar como servos dos holandeses em suas próprias terras”⁹. Uma das consequências trazidas pela rotina de dominação, em que o uso da violência era recorrente, foi a construção do

[...] sentimento de superioridade dos bôeres em relação aos nativos. Além da crença nessa superioridade [...], os bôeres acompanhavam as formas de organização do mundo colonial nesse período e incorporaram o conceito de ‘raça’ ao discurso de distinção em relação aos nativos negros. Assim, o contato entre holandeses e negros nativos foi violento e condicionado ao processo de segregação dos colonizadores.¹⁰

Para Arendt¹¹, a raça foi um dos mecanismos acionados para diferenciar os europeus dos africanos. Com a expansão do imperialismo britânico, os bôeres são obrigados a migrarem para o interior sul-africano, onde fundaram as repúblicas de Orange e Transvaal¹². Após se estabelecerem em Orange e Transvaal, os bôeres encontraram na segunda metade do século XIX ouro e diamantes. Isso chamou a atenção dos britânicos que estavam concentrados no litoral sul-africano, especificamente na colônia do Cabo. A partir daí os britânicos começaram a adentrar e explorar as minas que ficavam localizadas no território sob domínio dos bôeres, dando início aos conflitos que tiveram como desfecho final uma guerra. O público britânico esperava que (a guerra) terminasse no Natal. “(Mas ela) provou ser a guerra mais longa, mais custosa, mais sangrenta e mais humilhante para Grã-Bretanha entre 1815 e

⁷ VILLIERS, Johan de. Cape colonial society under British rule, 1806-1834. In: PRETORIUS, Fransjohan. *A History of South Africa: from the distant past to the present day*. Pretoria: Protea, 2014. p. 80.

⁸ PARADA, Mauricio; MEIHY, Murilo Sebe Bon; MATTOS, Pablo de Oliveira. *História da África Contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Pallas, 2013. p. 57.

⁹ PARADA, op. cit., p. 166.

¹⁰ PARADA, op. cit., p. 167.

¹¹ ARENTH, Hannah. *Origens do totalitarismo*. 1979. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_arendt_origens_totalitarismo.pdf> Acesso em: 20 nov. 2016.

¹² PAKENHAM, Thomas. *The illustrated Boer war*. Cape Town: Craft Print International Ltd, 2014.

Outros Tempos, vol. 15, n. 26, 2018, p. 147 - 173. ISSN: 1808-8031

1914”¹³. A guerra entre bôeres e britânicos chegou ao fim no início do século XX com a vitória britânica e com a assinatura do tratado de Vereeniging, também conhecido de “tratado de paz”. Com o fim da guerra e a vitória britânica, as repúblicas de Orange e Transvaal passaram para o domínio dos britânicos. Entretanto, diferentemente do tratamento dado aos zulus com o fim da guerra Anglo-Zulu, os bôeres receberam indenizações dos britânicos por conta dos prejuízos causados pela guerra e tiveram o direito de adotar a língua holandesa como oficial naquela região. Ora, pode-se sugerir que isso foi possível pelo fato dos bôeres serem descendentes de holandês e brancos enquanto os zulus não o eram. E isso já deu margem e base para a política de segregação que estava sendo desenhada e que foi consumada nas terras sul-africanas ainda na primeira metade do século XX, o Apartheid.

Na África do Sul, o Apartheid foi oficializado no ano de 1948, embora pressupostos segregacionistas predominassem naquele país muito antes desta data. O Apartheid foi imposto pelo governo sul-africano, composto exclusivamente por membros do Partido Nacional, com o objetivo de manter as culturas africâneres e inglesas separadas das demais culturas locais, a exemplo da zulu culture. E, a partir da institucionalização do Apartheid, a ideia de raça passa a impactar mais fortemente tanto a ciência quanto a cultura naquele país¹⁴. O Apartheid, cujo termo significa “separação”, “segregação racial”, “supremacia de uma raça e/ou uma cor”, foi um sistema de governo que garantia a supremacia branca sobre os negros e mestiços, vistos como seres “inferiores”. De acordo com Judith Stone¹⁵, a ideia de uma supremacia racial branca começou a vigorar na África do Sul desde o século XVII, quando os holandeses iniciaram sua colonização no país. Essa perspectiva seria aprofundada com a colonização britânica, iniciada no século XVIII e consolidada no XIX.

Como mecanismo para legitimar tal regime de segregação racial alguns discursos anteriores a 1948 tomaram força e novos discursos foram emergindo na África do Sul no XX, como a tese de “cientistas raciais” que se dedicaram a provar que os produtos da miscigenação eram “anormais” e “perigosos”¹⁶. Dentre os discursos científicos, destaca-se o do sociólogo Geoffrey Cronjé. O sociólogo africâner Cronjé afirma que “as singularidades da

¹³ PAKENHAM, op. cit., p. 9.

¹⁴ YOUNG, Robert J. C. *Desejo colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

¹⁵ STONE, Judith. *Retrato em preto e branco: a história verídica de uma família dividida por problemas raciais*. São Paulo: Landscape, 2008.

¹⁶ STONE, op. cit.

humanidade devem ser protegidas contra a ‘contaminação’, por meio da segregação”¹⁷. Segundo Rosa Ribeiro¹⁸,

[...] inclinamo-nos à conclusão de que o aparato racial [...] do nativo em seus aspectos corporais e mentais é em primeira instância diverso [...] daquele do homem branco. Em última instância, não será este o sentido e significado da variedade racial? Se assim for, então isto significa que cada raça tem seu caráter [...], predisposição [...] e função próprias e distintas, como é o caso de toda variedade em outros domínios da natureza. A variedade racial [...] leva-nos necessariamente ao ponto de vista de que cada raça tem uma tarefa e um chamado [...] próprio e distinto a ser realizado de acordo com suas próprias possibilidades. E cada raça pode realizar sua tarefa e seu chamado próprios da melhor maneira, de acordo com seu caráter e suas possibilidades, se tiver as oportunidades necessárias [para fazê-lo] em separado [...]. Em razão da variedade racial, uma mistura [...] de raças é algo artificial. E em razão da variedade racial, a separação [apartheid] das raças é algo natural¹⁹.

Para Peter Fry²⁰, a crueldade do sistema segregacionista do Apartheid ficou visível na fala de Julian Huxley quando diz que “os negros são por natureza diferentes dos brancos e a eles inferiores. Os brancos sabem mais que os negros e, portanto, podem decidir o que convém a estes últimos; os nativos ‘devem se desenvolver segundo suas próprias linhas’”²¹. Já em 1920, o casal de cientistas Harold B. Fantham e Annie Porter, dedicaram-se a provar que os mestiços eram naturalmente menos inteligentes que os brancos. Harold B. Fantham e Annie Porter afirmavam que, mediante resultado de suas pesquisas, a miscigenação levaria a anormalidades físicas que iam de fraquezas de pulmões e má formação de outros órgãos à vaidade, promiscuidade sexual, desvio de personalidade, violentas explosões de raiva e criminalidade²². Os discursos religiosos também eram usados como mecanismos para legitimar a política do regime de segregação. Esse tipo de discurso informava que a raça mestiça “[...] ‘não passa de uma desordem na terra de Deus – uma mistura de povos degenerados de cor marrom, corrompidos pela doença, uma afronta à natureza’”²³. Portanto,

[...] o apartheid ‘é um discurso de origem acadêmica (e religiosa) que se tornou fundamento de políticas estatais de construção da nação’ na África do Sul, ‘é um discurso originado de um branco, mas trata, em grande medida, do destino de

¹⁷ FRY, Peter. Culturas da diferença: sequelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral. *Afro-Ásia*, p. 284, 2003.

¹⁸ RIBEIRO, Fernando Rosa. *A construção da nação (pós-) colonial: África do Sul e Suriname, 1933-1948*. Rio de Janeiro: Estudos Afro-Asiáticos, 2002, n. 23.

¹⁹ RIBEIRO, op. cit., p. 488.

²⁰ FRY, op. cit.

²¹ Ibid., p. 286.

²² STONE, op. cit.

²³ Ibid., p. 102.

populações não-europeias'. No processo de implementação do Apartheid, os não-brancos, especialmente os africanos, não eram considerados parte da nação sul-africana, que seria fundamentalmente uma nação exclusivamente de brancos²⁴.

Com o Apartheid foram implantadas leis de segregação racial que visavam sustentar tal regime e que tinham como pressuposto principal a exclusão de grupos “não-brancos” e o controle do país pelos brancos, minoria em termos de população. Algumas leis foram criadas antes da oficialização do Apartheid, mas tiveram maiores efeitos durante o regime. As leis criadas antes e durante tal período são importantes para compreender a dinâmica do Apartheid e, sobretudo, perceber que tal regime político não pode ser pensado apenas em termos de linearidade ou como um período “igual em si mesmo”. Deste modo, um caminho para compreender o Apartheid ao longo do tempo e, de certo modo, não incorrer no erro de tomar esse período como “linear”, pode ser a problematização do processo de construção de algumas das leis que vão nortear e sustentar o regime. O Apartheid começa a ser construído bem antes de 1948, desde as guerras zulus e bôeres, quando se inicia a consolidação da política de segregação na África do Sul. Por exemplo, pode-se citar a promulgação da Lei de Terras dos Nativos de 1913. A Lei de Terras dos Nativos de 1913 reservava cerca de oitenta e sete por cento (87%) do território da África do Sul para uso exclusivo dos brancos, proibindo pessoas “não-brancas” de terem propriedade ali. O restante, apenas treze por cento (13%) da terra, era distribuída entre mais de oitenta e cinco por cento (85%) da população negra e/ou mestiça (dentre essa população encontravam-se os zulus).

Contudo, cabe pontuar que muitos foram os movimentos de resistências que emergiram nas terras africanas contra os ditames impostos por tal lei, como aponta Viviane de Oliveira Barbosa²⁵ ao estudar movimentos de mulheres rurais na África do Sul. Para a pesquisadora, “na província de Kwazulu-Natal, o processo de exclusão da terra se deu de modo particular. Reivindicações pelo acesso à terra e por políticas voltadas para o uso sustentável de recursos naturais constituíram as principais características das mobilizações”²⁶ que se erguiam contra as políticas do Apartheid. Dentre as leis segregacionistas instituídas já durante o regime destacam-se a lei da proibição de casamentos mistos e lei de imoralidade (1949), lei de registro da população (1950), lei de áreas dos grupos (1950), lei dos bantustões

²⁴ BARROS, Antonio Evaldo Almeida. Ao ritmo dos Bumbas: obliterações e desigualdades na construção de um patrimônio festivo brasileiro (c. 1900-1950). In.: SANSONE, Lívio (Org.). *A política do intangível: museus e patrimônios em nova perspectiva*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 111.

²⁵ BARBOSA, Viviane de Oliveiras. Gênero, identidades e mobilização na África do Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais...*, 2009.

²⁶ BARBOSA, op. cit., p. 2.

Outros Tempos, vol. 15, n. 26, 2018, p. 147 - 173. ISSN: 1808-8031

(1951), lei de lazer em separado (1953), lei do passe (1952) e a lei de educação diferenciada (1953).

Em 1949, um ano após a instauração oficial da segregação na África do Sul, como mecanismo formal para a manutenção do controle social, é aprovada pelo Partido Nacional a lei que torna crime os casamentos inter-raciais. Essa lei, juntamente com a lei de imoralidade (1949), foi aprovada com o intuito de que os sujeitos mantivessem relações amorosas e/ou sexuais dentro de seu próprio grupo racial. A lei baseava-se no pressuposto de que homens e mulheres não podiam ter envolvimento afetivo ou sexual fora de seu grupo racial. A prerrogativa sustentada pela referida lei era de que

a miscigenação tem de ser caracterizada como crime [...] contra a raça branca [...]. Os brancos têm de proteger-se contra miscigenadores inescrupulosos e criminosos, não somente pela proibição de casamentos mistos, mas também tornando punível todo outro tipo de miscigenação (intercurso ilegal)²⁷.

Sendo assim, a criminalização do sexo e dos casamentos inter-raciais, bem como o controle da sexualidade constituiriam pontos-chave para a manutenção da pureza racial e paralelamente “efeito e construtor da ‘rigidez classificatória’”²⁸. Mas, apesar de toda a rigidez e repressão imposta por tais leis, sempre havia aqueles que as transgrediam, como cita Judith Stone no livro *Retrato em Preto e Branco*. Notadamente, a maioria dos sul-africanos brancos que detinha o poder era contra as relações conjugais e/ou afetivas entre mulheres e homens de “raças” diferentes e tentava legitimar a segregação com diversos argumentos, como o caso do Sr. Meyer ao afirmar que “quando você tem esses casamentos inter-raciais, não se trata de amor, trata-se de sexo”²⁹.

A Lei de Registro da População, de 1950, atribuía aos habitantes da África do Sul uma de três categorias raciais: europeia, que em 1960 passou a ser branca, por causa dos descendentes dos holandeses, franceses, alemães e, mais tarde, ingleses que colonizaram o país; mestiça para pessoas miscigenadas, e um grupo complexo com sete subcategorias, uma das quais asiáticas (também chamada de indiana), que depois se tornou uma quarta categoria; e nativos (mais tarde bantos), para a maioria negra (incluindo os zulus) com nove subdivisões

²⁷ MOUTINHO, Laura. *Razão, 'cor' e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais 'inter-raciais' no Brasil e África do Sul*. São Paulo: UNESP, 2004. p. 102.

²⁸ BARROS, Antonio Evaldo Almeida. *As faces de John Dube: memória, história e nação na África do Sul*. 2012. 205 f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

²⁹ STONE, op. cit., p. 75.

Outros Tempos, vol. 15, n. 26, 2018, p. 147 - 173. ISSN: 1808-8031

baseadas em afiliações étnicas históricas³⁰. Dentre essas nove subdivisões encontram-se os zulus que tiveram tanto seu povo quanto sua cultura, sobretudo suas danças, marginalizadas, homogeneizadas e associadas ao profano ou a rituais folclóricos. A Lei de Registro da População era conveniente como instrumento de controle sobre a vida cotidiana dos indivíduos, determinando e demarcando onde as pessoas deviam morar e trabalhar, o que podiam comer, com quem podiam se casar, quando podiam se deslocar e para onde podiam ir, e até mesmo se deviam receber educação e serviços de saúde de qualidade. Desse modo, o governo do Partido Nacional sul-africano, controlado pelos brancos, determinava o tempo de vida da população negra e mestiça. Essa lei era mais uma das bases da discriminação e da segregação racial num momento em que o poder se concentrava nas mãos dos colonos brancos.

Outra conhecida lei que estabelecia o controle social era a Lei das Áreas dos Grupos aprovada em 1950, a qual estabelecia a segregação residencial, destinando espaços e lugares em separado de moradia para os grupos raciais. Essa lei compunha um ideário de engenharia espacial e social que previa a construção dos chamados “bairros étnicos” ou bantustões com a ideologia de segregar os espaços territoriais. Também a Lei do Lazer em Separado previa a separação de grupos raciais no que diz respeito ao uso dos espaços públicos e ambientes de lazer. Segundo White, “no imaginário oficial do apartheid estes não eram apenas territórios separados, mas os locais de duas formas completamente e temporalmente distintas de vida [...]”³¹. Já a Lei do Passe, que visava controlar o fluxo de trabalhadores, obrigava os negros da África do Sul a portarem uma caderneta na qual estava determinado onde eles podiam ir. O passe era um livrinho verde de quase cem páginas onde constavam os antecedentes das pessoas como sua história de vida, licenças de trabalho, de viagem, de entrada em uma área branca e era destinado apenas as pessoas a partir de 18 anos de idade. Caso fosse surpreendido sem o passe, o negro era culpado de delito e punido com multa ou mesmo prisão. As infrações da lei do passe levavam a cada ano milhares de negros às prisões³². Até mesmo a educação escolar era diferenciada para as crianças da África do Sul durante o Apartheid. As crianças eram alfabetizadas de acordo com sua classificação racial. As crianças brancas eram alfabetizadas com a introdução do inglês como língua oficial. Já em relação às negras, a alfabetização era realizada de acordo com o “dialeto” (termo usado pelo

³⁰ STONE, op. cit.

³¹ VALE, Maira Cavalcanti. *Prosa que tece a vida: estórias de mulheres em KwaZulu-Natal, África do Sul*. 1987. 230 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Estadual de Campinas, Campinas, 2003. p. 63.

³² JONGE, Klaas de. *África do Sul: Apartheid e resistência*. São Paulo: Cortez, 1991. p. 11-12.

Outros Tempos, vol. 15, n. 26, 2018, p. 147 - 173. ISSN: 1808-8031

sistema em tal período) de seu grupo e, no caso dos zulus, o isizulu era posto como dialeto e não como idioma.

O governo introduziu dois sistemas de ensino: a Educação Nacional Cristã (ENC), destinada às crianças brancas, e a Educação Bantu, às crianças negras. Deste modo, dependendo do grupo racial ao qual a criança era classificada ao nascer, ela poderia receber um tipo específico de educação no universo escolar. Havia espécies de subdivisões no seio de tal lei, com finalidades específicas e voltadas para atender os vários “grupos raciais”. A principal finalidade da Educação Nacional Cristã era impor os valores ditos “cristãos” do colonialismo, os quais reforçavam a ideia de “superioridade” racial branca. Para tal, ela pregava insistentemente a segregação no âmbito da própria educação, criando escolas específicas para os brancos, como é o caso da Epworth School fundada em 1898 e localizada na cidade de Pietermatzburg, Kwazulu-Natal, África do Sul. A Educação Bantu, por sua vez, limitava-se em preparar a população negra para uma vida de trabalho servil e evitar a criação de uma classe capaz de reivindicar por direitos iguais. A Lei do Ensino dos Mestiços de 1963 e a Lei da Educação dos Indianos de 1965 garantiam que essas minorias também receberiam educação desigual e inadequada³³.

Vários jornais de circulação na época traziam reportagens referentes ao sistema educacional sul-africano após a implementação das referidas leis. O Jornal Sunday Tribune, em uma reportagem de janeiro de 1984, traz entrevistas com diferentes profissionais da área educacional que falam sobre os impactos da Educação na África do Sul. Segundo o diretor regional de educação W. J. M. Lotz, “educação e política não se misturam”³⁴. O diretor acrescentou ainda que quando ocorre essa “mistura”, problemas são gerados. Para Lotz, “em outros tempos os estudantes negros desejavam uma boa educação para se tornarem médicos, advogados e professores. Hoje, as suas carreiras são colocadas em jogo devido ao seu envolvimento político”³⁵. Já Simmonds, do departamento de educação, explicou, durante uma entrevista cedida ao mesmo jornal, que “a pior coisa sobre a educação é o terrível peso de incapacidade posto sobre a vida dos estudantes”³⁶. Direta ou indiretamente os especialistas brancos da área educacional corroboraram para a perpetuação dos ditames de tal lei, posto que tentaram suavizar as consequências desastrosas ocasionadas pelo Apartheid e desconsideraram as desigualdades que se instauraram no âmbito educacional após a oficialização de tal regime. Essas leis impactaram diretamente o cotidiano dos sul-africanos.

³³ STONE, op. cit., p. 58.

³⁴ SUNDAY TRIBUNE. KwaZulu-Natal, 1984.

³⁵ SUNDAY, op. cit.

³⁶ SUNDAY, op. cit.

Outros Tempos, vol. 15, n. 26, 2018, p. 147 - 173. ISSN: 1808-8031

O Apartheid foi um regime de muitas oscilações. Assim, é preciso compreender que houve oscilações no cotidiano dos sujeitos sul-africanos, com leis que impactaram a vida cotidiana dos sujeitos naquele país³⁷, como foi o caso da menina Sandra Laing que teve sua classificação racial contestada várias vezes.

O lugar dos zulus na África do Sul: uma análise a partir do “History for Today”

As bases epistemológicas em que a “História oficial” escreveu e construiu as narrativas sobre a história da humanidade muito influenciaram o modo como o regime do Apartheid passou a organizar os livros didáticos de história. A coleção de livros didáticos de história intitulada “History for Today” reflete bem o cenário no qual estava estruturada a historiografia mundial que se edificou como oficial. Chegado a este ponto, vale ressaltar que na África do Sul no período em questão poderiam ser adotados livros de diferentes editoras e coleções para o ensino de história, desde que não fossem contrários ao regime vigente naquele país.

Publicado em 1985 na cidade de Johannesburg pela editora Juta & CO, LTD e organizado por Frances Elizabeth Graves³⁸, Leonard Henry Consul e E. Viglieno, History for Today foi o título dado à coleção de livros didáticos da 5ª a 9ª série adotados no ensino de história na África do Sul, especificamente nas cidades de Johannesburg, Durban e Pietermaritzburg durante o Apartheid. History for Today é uma coleção composta de 5 (cinco) livros. Cada livro corresponde ao que no Brasil pode ser considerado como séries, assim, as séries 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª correspondem respectivamente ao 5º, 6º, 7º, 8º e 9º anos no Brasil. Essa coleção de história pode ser inserida dentro do campo da História Política do século XIX, uma vez que a noção de história que perpassou as abordagens nestes livros estava visivelmente preocupada com as políticas dos “grandes estados” e “grandes homens”.

Atualmente a coleção History for Today pode ser encontrada na Biblioteca da Sociedade de Natal no centro de Pietermaritzburg. As primeiras páginas dos livros desta coleção são destinadas às orientações gerais para os professores e estudantes acerca de como usar os livros. Os organizadores pontuaram logo na apresentação de cada livro a perspectiva e a definição de história compartilhadas pela coleção, como se segue: “A História é definida como um estudo sistemático do passado... baseado em evidências... um modo de inquérito,

³⁷ Sobre os impactos de tais leis na vida dos sujeitos sul-africanos, ver o livro “Retrato em Preto em Branco” de Judith Stone e “A África na sala de aula na África: a reinvenção dos zulus”, de Aldina da Silva Melo.

³⁸ GRAVES, F. E; VIGLIENO, E.; CONSUL, L. H. *History for today*. Johannesburg: Juta & CO, LTDA, 1985.

uma maneira de investigar o passado”³⁹. Mas, ora, esta perspectiva de apreensão da história privilegiou largamente, nesta coleção, as histórias do Norte do globo e negligenciou e homogeneizou as do Sul global, como foi o caso da história dos zulus. E mais, essa perspectiva sugere que a noção de história que perpassava as abordagens do History for Today compreendia a História enquanto ciência linear preocupada em estudar o passado, em que as evidências seriam aquelas produzidas pela/a partir da Europa e sobre os brancos, disseminando a ideia de que a Europa, e apenas ela, teve um importante papel para o desenvolvimento do mundo. Ressaltam que a “civilização” e “desenvolvimento” chegaram às terras sul-africanas com a chegada dos colonizadores brancos.

Os livros que compõe o History for Today possui cerca de 250 páginas cada, sendo divididos em parte 1 e 2. Cada parte possui seções nominadas de “A” a “G”. A parte 1 de cada livro é destinada à discussão da história do ocidente, especificamente da Europa, apresentando-a como história geral e/ou universal; e a parte 2 ocupa-se em apresentar a história da África do Sul numa perspectiva local e reducionista. A primeira parte dos livros é intitulada de História Geral, mas trata apenas da história ocidental, com foco nos europeus. Esta primeira parte é destinada, basicamente e exclusivamente, em mostrar os feitos e acontecimentos que marcaram a história ocidental, na tentativa de os inscrever como oficiais e universais, silenciando as histórias dos povos do Sul do globo, quando não os inscrevendo como inferiores aos do Norte e criando assim a dicotomia Norte versus Sul. Deste modo, a história geral correspondia à história europeia – estes eram inscritos como berço da historiografia mundial. Já a segunda parte, embora seja intitulada de “História da África do Sul”, consiste na continuação da história europeia, em que os organizadores frisam o “quão foram importantes” os europeus para que a África do Sul se “desenvolvesse” em todos os seus aspectos, em todas as suas dimensões. A ideologia que perpassa a segunda parte dos livros é a de que a África do Sul só se desenvolveu enquanto país, enquanto nação graças aos seus colonizadores. Nesse sentido, os sul-africanos, a exemplo dos zulus, são pensados sempre em relação aos colonizadores brancos e sempre numa escala de hierarquia em que estes últimos são colocados como superiores. Isso corrobora com as afirmações de Steven Feierman⁴⁰ quando diz que

³⁹ Ibid.; p. 3.

⁴⁰ FEIERMAN, Steven. African Histories and the dissolution of World histories. In: BATES, R.; MUDIMBE, V.Y.; O BARR, Jean. *Africa and the Disciplines: the contribution of research in Africa to the social sciences and humanities*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993. p. 167.

[...] houve uma época em que os historiadores pensavam que certas civilizações (aquelas ocidentais) apresentavam seus problemas naturais, que alguns líderes políticos (Thomas Jefferson, Napoleão) mereciam ser conhecidos, e que períodos e desenvolvimentos particulares (o Renascimento, o Iluminismo, o surgimento do Estado-Nação) mereceriam nossa atenção.⁴¹

Assim, por muito tempo, as histórias dos povos do Sul não tinham importância para a historiografia a menos que fossem pensadas como subsídios para exaltar os acontecimentos do Norte, do Ocidente, da Europa. Ora, o modo como os zulus são representados, bem como os lugares por eles ocupados no History for Today estavam intimamente conectados com os pressupostos que regiam, até então, a ciência histórica e que privilegiavam, em grande escala, os acontecimentos do/sobre Norte, com destaque para a Europa. Considerando a afirmativa de Jean Rahier⁴² de que “não há mundo que exista independente dos discursos de representações,” e que “estas constituem, em parte, o mundo no qual vivemos,” pode-se sugerir que as representações dos zulus, assim como os lugares ocupados por estes no ensino de história sul-africano do Apartheid muito explicam o próprio momento histórico em que a África do Sul estava imersa e a ideologia que perpassava o sistema segregacionista naquele país. No ensino de história sul-africano do período segregacionista visivelmente havia a tentativa de se impor uma identidade como superior, e, neste caso, a identidade branca/europeia. No ensino fundamental, os livros didáticos de história da 5ª a 10ª séries destinavam extensas páginas à história dos brancos, mesmo estando em um país onde mais de 80% da população era composta por negros. De fato, como bem lembra Jean Rahier⁴³, “os grupos dominantes produzem e reproduzem representações de si mesmos e representações dos Outros, que justificam sua posição no cume das ordens raciais e espaciais, e a exploração dos Outros, que aparecem como seres fundamentalmente negativos”. Assim, os grupos que detinham o poder na África do Sul inscreveram os brancos como superiores aos zulus e aos demais sujeitos.

Nota-se que há fortemente nesses livros a tentativa de construir e reforçar a identidade dos zulus como “selvagens”, “tradicionais”, “não-civilizados”, “não-desenvolvidos” e o lugar por eles ocupados como “terras de selvagens”, deste modo, como os “últimos outros”. No livro da 5ª série, na segunda parte destinada à história da África do Sul, os organizadores iniciam falando da história dos brancos na África do Sul, sugerindo, nas

⁴¹ FEIERMAN, op. cit., p. 167.

⁴² RAHIER, Jean. “Mãe, o que será que o negro quer?” Representações racistas na revista *Vistazo*, 1957-1991. *Estudos Afro-Asiáticos*, Salvador, p. 3, 2001.

⁴³ Cf. RAHIER, op. cit., p. 3.

entrelinhas das narrativas, que a África do Sul só passou a ter uma história que interessasse aos historiadores após a chegada dos colonizadores, antes disso, tal coleção sugere que não havia história “digna” com a qual deveria se ocupar os historiadores na África do Sul.

O capítulo 9 da segunda seção da 5ª série inicia com o seguinte questionamento: “Quem eram os habitantes nativos da colônia do Cabo no século XVIII?”⁴⁴. Na tentativa de responder a tal questionamento, os organizadores explicam que a partir da análise de lendas, evidências arqueológicas e relatos de viajantes brancos pode-se chegar à conclusão de que

[...] quando Jan Riebeeck chegou em Cabo dois grupos de pessoas estavam vivendo no lugar que hoje é chamado de Cabo do Sul. Um grupo (os San) provavelmente viveram lá por milhares de anos e o outro grupo (os Khoi) por séculos. Ambos os grupos viveram da caça, mas um deles também aprenderam a lidar com rebanhos. Os pastores chamavam a si mesmo de ‘Khoi-Khoi’ (que traduzido quer dizer ‘Men of Men’ – Homem dos Homens). Eles chamaram o outro grupo de ‘San’ ou ‘Sonquas’. Os historiadores se referem a ambos os grupos como os Khoisans, porque eles não têm certeza se eles (grupos) são provenientes do mesmo grupo original. Neste capítulo, nós iremos focar nos aspectos do modo de vida a qual afeta a impressão dos historiadores sobre os grupos⁴⁵.

Ora, é preciso considerar que a discussão sobre a ideia da veracidade dos textos como fonte histórica leva Carlo Guinzburg⁴⁶ a argumentar que os historiadores não podem adotar, nas análises das evidências, uma abordagem direta com a realidade. Guinzburg⁴⁷ diz que “a liminar moda de estudar a realidade como um texto deverá ser complementada com a consciência de que nenhum texto pode ser entendido sem uma referência extratextual”⁴⁸. Essa referência extratextual diz respeito à realidade em que está inserida os sujeitos. Outra questão a se notar é que nenhum texto não se esgota em si mesmo.

Note-se que as narrativas vão construindo estes sujeitos como inferiores aos colonizadores, demarcando espaços e impondo-os certas identidades, reduzindo-os a um grupo no sentido de torná-los e representá-los como menores. E as narrativas historiográficas que teciam a história da África do Sul cumpriam bem o papel de engrandecer a imagem dos colonizadores e ofuscar a dos diversos sujeitos que ali já habitavam há muito tempo. O livro da série 6ª traz alguns elementos importantes que corroboram para o aprofundamento do debate sobre o lugar da cultura zulu na History for Today na África do Sul segregada. Esta

⁴⁴ GRAVES; VIGLIENO; CONSUL, op. cit.

⁴⁵ GRAVES; VIGLIENO; CONSUL, op. cit., p. 208.

⁴⁶ GUINZBURG, Carlo. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2008.

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ Ibid., p. 84.

série está dividida em seção “A” e “B”, abordando a história geral e a história da África do Sul, respectivamente. Na seção “A”, as histórias são contadas numa perspectiva cronológica do tempo, que privilegiou desde o renascimento à revolução francesa e suas consequências no mundo, e desconsiderou outras percepções temporais e espaciais. Na seção “B”, o foco continua nos europeus, apesar de ser a parte destinada à história da África do Sul.

A seção “B” da 6ª série destina todo o capítulo 6º à história dos zulus. Contudo, vale ressaltar que é uma história tecida a partir das narrativas eurocêntricas. Esse capítulo resume toda a história do povo zulu apenas às narrativas que relatam as ascensões dos reinos zulus na era Shaka e Dingane. Ora, é, ao menos, um equívoco pensar que toda a história do povo zulu poderia ser resumida a alguns poucos trechos textuais sobre o reinado de Shaka e Dingane, e não se pretende com tal afirmação diminuir a importância desses dois personagens para o povo zulu e para a própria África do Sul. O que se critica é o fato de que as narrativas que teceram a história dos zulus na série 6ª reduz toda a dinâmica de vida e organização dos zulus à descrição simplória desses dois reinados, a partir de relatos de viajantes europeus. É como se após esses dois reinos, ou mesmo antes, não houvesse mais história dos zulus que pudesse escrever as linhas dos livros didáticos e compor assim uma outra perspectiva para pensar a história da humanidade.

Na apresentação da 6ª série, os organizadores delimitam como objetivo de estudo neste capítulo a história das black peoples. Deste modo, assim inicia o 6º capítulo da seção “B” da série 6ª:

Uma das tarefas mais importante do historiador é interpretar a evidência conhecida do passado. Esta interpretação é oferecida como respostas a perguntas as quais servem como quebra-cabeça para geração futura. Neste capítulo, nós examinaremos a habilidade de interpretação especialmente em olhar a história dos povos negros, onde as muitas evidências existentes foram escritas⁴⁹.

Deste modo, as “black peoples” são estudadas nesse capítulo, segundo os organizadores, com a finalidade de se compreender a principal tarefa do historiador – a interpretação das evidências. E os zulus são citados no livro da série 6ª como um dos grupos étnicos que compõe as black peoples. Concorda-se que a interpretação é um dos elementos da lógica da história, nos termos de Thompson, mas, neste caso, a crítica que se tece aos organizadores é que o modo como os zulus são apresentados, bem como sua cultura e história

⁴⁹ GRAVES; VIGLIENO; CONSUL, op. cit., p. 151.

desconsideram a dinamicidade, complexidade e historicidade desses sujeitos ao tratá-los de modo estático e a-histórico.

De um modo geral, as narrativas que inscreveram e construíram a imagem dos zulus ao longo da *History for Today*, especificamente na 6ª série, os associam sempre à natureza, uma associação pejorativa, muitas vezes acionada como elemento de distinção entre civilizados – representados como aqueles das metrópoles e potências mundiais – e não civilizados – percebidos como aqueles de áreas rurais, desprovidas de cultura e desenvolvimento. Assim, de um lado estariam os europeus como aqueles das metrópoles, de outro, os zulus, como sujeitos do rural. Pode-se sugerir, neste caso, que a tentativa de inserir os zulus enquanto mais um elemento da natureza pode ser pensado como um mecanismo usado para negar-lhes a condição de humanos, e isto muito explica os determinismos aos quais a ideia de ciência que perpassava a ciência histórica no século XIX na África do Sul, em que a cultura e racismo foram cúmplices. De fato,

[...] a história da cultura mostra que o racismo ocidental não é simplesmente um episódio aberrante, mas discreto da história ocidental [...]. Ou como escreve Fanon: ‘o racismo nunca é um elemento adicionado a mais e descoberto por acaso no curso de uma investigação sobre os dados culturais de um grupo. A constelação social, o todo cultural, são profundamente modificados pela existência do racismo’.⁵⁰

E a história da África do Sul reflete bem esse racismo do qual se refere⁵¹, seja porque este é um país que vivenciou um racismo oficializado que tinha como principal base as diferenças raciais, de um lado, e as diferenças culturais, de outro, seja porque o racismo ocasionou ainda a segregação espacial nas terras sul-africanas. Dessa maneira, mesmo a política do Apartheid se instaurando oficialmente no sul do continente apenas no final da primeira metade do século XX, cabe ressaltar as influências que as produções científicas do XIX tiveram na legitimação do racismo. Assim, concorda-se com Robert Young⁵² quando diz que “se examinarmos ‘cultura’ e ‘raça’ como um feixe de significados, podemos dizer que este feixe foi basicamente um produto do século XIX. Naturalmente o preconceito racial precede o ‘racismo’, ou seja, as teorias sobre raça oferecidas como forma de um conhecimento científico sobre o gênero humano”⁵³. Raça e cultura impactam, deste modo, diretamente a representação dos zulus na *History for Today*, e contribui para que seja

⁵⁰ YOUNG, op. cit., p. 110-111.

⁵¹ Ibid.

⁵² Ibid.

⁵³ Ibid., p. 111.

desconsiderada as questões de gênero e geração, por exemplo, presentes na história do povo zulu. A raça, como expõe Young, pode ser considerada uma elaboração cultural, mas também política, científica e social.

Ao tratar da ascensão do reino zulu, os organizadores da *History for Today* dividem tal processo em dois momentos, a saber: o reinado de Shaka e o reinado de Dingane. Na perspectiva dos organizadores, o reino de Shaka durou cerca de doze anos (1816-1828), enquanto que o de Dingane durou treze anos (1828-1841). Os reinados de Shaka e Dingane estão inseridos no quadro geral das “black peoples”, sendo apresentada aos estudantes a estrutura organizacional desses sujeitos antes da chegada dos britânicos. Vale ressaltar que o uso do termo “tribo” era recorrente nesta coleção para nominar os sujeitos que habitavam na África do Sul antes da chegada dos europeus. Em nenhum momento, ao longo dos livros aqui analisados como fontes, as narrativas que falam sobre os brancos e o mundo europeu fazem uso da palavra “tribo”. Então, a questão posta é que por qual motivo se fez recorrente uso desta palavra para se referir aos vários grupos étnicos sul-africanos? Por que essa é uma palavra acionada para se remeter aos zulus, por exemplo? Ora, tais usos demarcam o caráter seletivo e manipulador de imposição de certas identidades e/ou acontecimentos como aqueles que devem ser inscritos como os mais importantes para o curso da História, bem como para o mundo.

Nas palavras dos organizadores, as “tribos” “[...] ocupam uma determinada área e foram organizadas em torno da figura de um poderoso chefe”⁵⁴. Shaka e Dingane são representados como os chefes do povo zulu. Logo em seguida, a função do chefe é colocada como aquele responsável por distribuir os recursos entre todos da comunidade, promover a justiça ou mesmo decretar guerras. O chefe distribuía os recursos (terra, gado, rebanhos, etc.), administrava com justiça, declarava guerra e resolvia disputas. Todos os aspectos do cultivo eram distribuídos por ele. Por exemplo: “plantação, capinação e colheita. Todas as forças eram para o trabalho. O chefe era escolhido pelo líder da família ou o filho mais velho herdava a liderança. Cada tribo desenvolvia sua própria tradição”⁵⁵. Um dos aspectos ressaltados pelos autores é que cada grupo desenvolveu suas próprias “tradições” isoladamente. Isso sustentou por anos a política e ideologia do Apartheid sul africano que considerou que uma das principais – se não a principal – justificativa apresentada para a oficialização e perpetuação por quase quarenta anos de tal regime foi o fato de que cada

⁵⁴ GRAVES; VIGLIENO; CONSUL, op. cit., p. 155.

⁵⁵ Ibid.

sujeito deveria se desenvolver segundo sua própria cultura e costumes, e para que isso ocorresse não poderia haver contatos interculturais.

A organização interna destes sujeitos era feita por meio dos “kinship groups”, em que os chefes poderiam ser escolhidos dentre as principais famílias ou por meio de herança do filho mais velho da família. No caso de Shaka, ele foi escolhido como rei do povo zulu após ter liderado uma guerra entre 1818 e 1828, quando os zulus passam por um momento de expansão da sua população e de seus territórios após a diminuição de recursos ocasionada pelas secas e pelo crescimento populacional de seu povo. Destarte, os livros didáticos não fazem menção a certas características do reinado de Shaka, como o fato de haver toda uma organização de guerrilha dos zulus, que na organização do exército de Shaka eram considerados o sexo e a idade dos sujeitos, que os homens combatiam dos quatorze aos sessenta anos de idade e nenhum guerreiro homem podia casar ou procriar antes de lavar a adaga no sangue de inimigos, e somente com seu consentimento, o que acontecia por volta dos 30 anos⁵⁶. É desconsiderada em tais livros toda a complexidade que envolvia a história dos zulus. O que os organizadores dos livros didáticos tentam ressaltar é que os zulus não guerreavam de modo organizado, com estratégias de combate e defesa. Para os autores dessas coleções, os zulus agiam por impulsos e não de modo racional, posto que a racionalidade era algo peculiar aos europeus. Os organizadores desses livros didáticos de história parecem esforçarem-se em sustentar o posicionamento daqueles defensores da dominação colonial europeia que não consideraram as rebeliões africanas como fenômenos organizados⁵⁷.

No tópico 6.1, do livro da 6ª série, os organizadores da *History for Today* concentram as discussões nos reinos zulus, especificamente nos reinos de Shaka e Dingane. Intitulado de “a ascensão do reino zulu”, este tópico se propõe a analisar a cultura zulu a partir da ascensão dos reinos de dois líderes zulus. Contudo, tal ascensão não é problematizada, apenas narrada, evidenciando assim a tentativa de reduzir a complexidade e dinamicidade da história dos zulus e de monumentalizá-los, nos termos de Le Goff, ao “pitoresco”, “exótico”, “bárbaro” e “tribal”. Isso pode ser evidenciado também nos usos recorrentes do termo “tribo” e “tribal” usados excessivamente sempre que há referências aos zulus nestas coleções, enquanto que se usa “povos” e “civilizações” para se referir aos europeus e ocidentais. Assim, as narrativas tecem a história de como Shaka teria ascendido a rei:

⁵⁶ JONGE, op. cit., p. 20-21; 26.

⁵⁷ PARADA, op. cit.

No final do século XVIII uma discussão entre os membros da família real Mtethwa resultou na fuga de um filho, que ficou conhecido como Dinigiswayo. Após a morte do seu pai, ele retornou para derrotar seu irmão e tomar a tribo. Ele começou a reorganizar os grupos nas faixas etárias em idade de regimentação. Os grupos eram conhecidos como ‘amabutho’. Meninos e meninas da mesma idade foram organizados em conjuntos de idade. Desde a adolescência, eles eram considerados como um grupo, com seus próprios cânticos, identificando escudos, etc. Eles tinham que trabalhar como uma equipe sob a liderança do líder e deviam obediência completa ao rei. Desta forma, o chefe (ou rei) tinha total controle sobre eles. Entre 1806 e 1808, os regimentos de Dingiswayo desafiaram e superaram outros chefes vizinhos, aumentando assim o poder de Mthetwa. Entre os guerreiros de Dingiswayo havia um jovem que foi forçado a abandonar o kraal de seu pai. Ele era Shaka, um filho de Senzagakoana da tribo de ‘zulu’. Após a morte de seu pai, Shaka tomou o poder e começou a reorganizar o sistema zulu de idade, seguindo o exemplo de Dingiswayo. De acordo com a tradição oral, ele aperfeiçoou um novo tipo de lança afiada e técnicas de luta⁵⁸.

Pode-se sugerir que as narrativas que se ocuparam em representar esse período da história dos zulus fizeram-no sem a devida problematização das relações de poder presentes na cultura zulu. Ora, não se pode desconsiderar tais relações de poder posto que elas refletem diretamente nas múltiplas identidades assumidas pelos zulus, as quais têm no passado e no presente contestado características e representações estereotipadas associadas à “nação guerreira de Shaka”⁵⁹. Esses estereótipos presentes nas narrativas que tecem a história podem ter sido usados com a intenção de direcionar leitores a perceberem a história dos zulus desassociada da história da África do Sul, em primeira instância, e da história mundial, em segunda. Ao serem desconsideradas as relações de poder, há uma tentativa de silenciamento da dinamicidade das identidades zulus, que não podem ser pensadas como homogêneas ou imutáveis. É importante destacar que as culturas estão sempre em movimento. E conceber a ideia de movimento implica em entender que, mesmo cada cultura possuindo suas especificidades, ela estará sempre em processo de transformações e mudanças constantes, reinventando cotidianamente os próprios valores e a própria história, afinal, “[...] qualquer sistema cultural está num contínuo processo de modificação”⁶⁰.

Para Albernaz⁶¹, estudiosa das relações de gênero em um dos maiores patrimônios culturais brasileiros – o bumba meu boi do Maranhão –, a “[...] cultura popular é um dos

⁵⁸ GRAVES; VIGLIENO; CONSUL, op. cit., p. 156.

⁵⁹ SITHOLE, Jabulani. Zuluness in South Africa: from ‘Struggle’ debate to democratic transformation. In: CARTON, Benedict; LABAND, John; SITHOLE, Jabulani. *Zulu Identities: being zulu, past and present*. Pietermatzburg: University of KwaZulu-Natal, 2008. p. 14.

⁶⁰ LARAIA, Roque de Barros. A cultura é dinâmica. In.: _____. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986. p. 95-96.

⁶¹ ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. *As dimensões do gênero no bumba meu boi maranhense: reafirmação da “mulata brasileira”?* Disponível em:

principais símbolos de afirmação de identidade regional frente à nação, e dentro dela o bumba meu boi assume uma posição de centralidade [...]”⁶². Ora,

[...] a noção de cultura popular é relativamente recente, tendo surgido na Europa com o movimento romântico de inícios do século XIX, justamente quando aumentou a separação entre cultura de elite e cultura popular. A cultura popular [...] [pode ser entendida] como produção simbólica da classe subalterna, como elemento de reflexão sobre a realidade e a identidade social⁶³.

Mas, ora, o lugar destinado aos zulus na History for Today sugere que estes não sejam concebidos nem mesmo como sociedade, posto que sua organização social não teria nenhum caráter de complexidade tal qual a dos ocidentais. Deste modo, a história, de modo tendenciosa, registrou os zulus como povos “tribais” e assim os apresentou à historiografia mundial e à sociedade sul-africana em tempos de segregação. Segundo Graves, Consul e Viglieno⁶⁴, não há como saber ao certo se era a seca, a escassez de alimentos, a ganância por mais gado ou o crescimento populacional o que motivava a expansão dos zulus nas terras sul-africanas. O que consta na History for Today é que o reino zulu foi ascendendo sobre os demais reinos, como se percebe abaixo:

Ninguém está realmente certo se os ataques em outras tribos que seguiram, eram o resultado da seca, da falta do alimento, da ganância por mais gado ou pela população. O que se sabe é que os guerreiros de Shaka se tornaram mais poderosos e ganharam muitas mais batalhas do que exércitos anteriores. Algumas tribos menores, como o Buthelezi, foram absorvidas na tribo zulu, enquanto outras foram destruídas ou fugiram⁶⁵.

Paralelo ao crescimento dos zulus, outros grupos iam expandindo-se ou extinguindo-se. E o reinado dos zulus liderado por Shaka foi datado pela History for Today como iniciado em 1816, quando morre Dingiswayo, antigo líder zulu. Ao mesmo tempo em que Shaka estava ampliando o território zulu, um grupo rival Nguni, conhecido como

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/L/Lady_Selma_Ferreira_Albernaz_56.pdf> Acesso em: 12 set. 2013.

⁶² ALBERNAZ, op. cit., p. 1.

⁶³ FERRETI, Sérgio. Folclore e Cultura Popular. *Boletim da Comissão Maranhense de Folclore*. São Luís: CMF, n. 11, p. 2, ago. 1998. Disponível em: < [http:// www.cmfolclore.ufma.br/htmls/Boletim%2011.htm](http://www.cmfolclore.ufma.br/htmls/Boletim%2011.htm).> Acesso em: 15 dez. 2016.

⁶⁴ GRAVES; VIGLIENO; CONSUL, op. cit.

⁶⁵ Ibid., p. 160.

Ndwandwe, também estendia sua esfera de influência⁶⁶. Um grupo de missionário americanos assim se referiram aos zulus:

‘De Natal a Tugela, não há um único habitante. No entanto, há 15 anos este país estava densamente povoado; seus habitantes foram completamente destruídos por Shaka. Vimos as ruínas de vários Kraals; as pessoas que nos acompanharam nos disseram que, se não fosse pela grama longa, veríamos o grupo cheio de ossos humanos [...]’⁶⁷.

Aqueles que sobreviviam aos ataques dos guerreiros zulus tinham dois destinos: de um lado, “[...] os jovens eram absorvidos na tribo zulu. (De outro), grupos também sobreviveram tornando-se vassais e prestando tributo a Shaka”⁶⁸. Deste modo, o exército de Shaka ficava cada vez mais forte e numeroso. Parte dos grupos adversários dos zulus derrotados nas batalhas escondeu-se nas montanhas, enquanto outros espalharam-se por diferentes regiões como fogo, “destruindo plantações, gados e territórios de diferentes tribos”⁶⁹. A fuga tinha a intenção de que pudessem ter tempo para se reorganizarem e ficarem mais fortes para atacar futuramente os zulus⁷⁰. Esse episódio recebeu o nome de “Mfecane” ou “o esmagamento”, pois “cada um deles, por sua vez, partiu [durante as guerras] para esmagar seus vizinhos”⁷¹.

Na medida em que Shaka se tornava poderoso, mais despertava o ódio e inveja dos seus adversários, inclusive familiares, e em 1828 é assassinado por dois irmãos seus, Dingane e Mhlangane. Sua morte é descrita assim na *History for Today*: “[...] em setembro de 1828, seus dois irmãos Dingane e Mhlangane [...] o mataram quando ele voltava através da entrada baixa para sua propriedade rural. O principal exército zulu estava atacando Soshangane na época. Dingane arranhou a morte de seu outro irmão e se tornou rei do Zulu”⁷². Deste modo, Shaka é morto e Dingane assume o reino, tornando-se rei dos zulus em 1828. O reinado de Dingane é abordado também na série 6ª da coleção *History for Today*. Assim como na era de Shaka, Dingane também é descrito como responsável por “invasões de outras tribos” mortes, devastações e roubos de gados⁷³. A região em que esteve situado o reino de Dingane ficou conhecida em isizulu como “Umgungundhlovu”. As principais evidências

⁶⁶ Ibid.

⁶⁷ Ibid., p. 160-161.

⁶⁸ Ibid.

⁶⁹ GRAVES; VIGLIENO; CONSUL, op. cit.

⁷⁰ Ibid.

⁷¹ Ibid., 161.

⁷² Ibid., p. 163.

⁷³ Ibid.

usadas para análise na tessitura do reino de Dingane ao longo da History for Today foram os relatos de missionários europeus, como se percebe abaixo:

O missionário francês Lemue escreveu em janeiro de 1833:

‘[...] Mzilikazi continua a fugir diante de seu rival, Dingane. Ele passa como um fogo furioso e, ardendo em vingança, consome tudo antes dele [...]’

Escrito mais tarde, por outro leitor:

‘[...] Neste momento, este homem exerce um tremendo poder; Todas as tribos vizinhas são seus vassalos ou tremem diante dele. Mas na mão, ele tem um inimigo formidável no rei, Dingane [...]’

Um jovem de 18 anos viajou para o território ocupado pela tribo Nguni, que veio a ser chamado Ma Tebele (o Povo do Longo Escudo). Seu nome era Jonh Burrows. Em 1836 escreveu:

‘[...] vimos os principais rebanhos de Mzilikazi de gado, milhares juntos ... O país parecia vivo com eles e estimamos que pudesse haver pelo menos 20 a cada pessoa em seu domínio. Esses gados foram os frutos dos muitos ataques feitos por ele nas tribos vizinhas [...]’

Charles Bell relatou que Mzilikazi disse que: ‘[...] ele nunca fez guerra contra outras tribos até ser forçado a fazê-lo [...]’⁷⁴.

Geralmente as atividades destinadas aos estudantes de história propostas nos livros didáticos desta coleção trazem relatos como os citados acima como mecanismo de “treinar” suas habilidades de análise das evidências – tarefa apontada como da alçada do bom estudante de história na África do Sul do Apartheid. Contudo, nota-se que todas as narrativas que compõe a History for Today são, em sua maioria, compiladas e legitimadas pelos e sobre os brancos numa escala que vai desde as experiências destes no norte do globo ao sul global, chegando à África do Sul. É como se todos os outros sujeitos que não fossem brancos e de ascendência europeia não tivessem histórias das quais deveriam se ocupar os historiadores.

Os povos rivais dos zulus também são descritos como “tribos” na History for Today, sendo a eles atribuído o status de destruidores pelos missionários europeus. E, embora Dingane tenha se tornado um poderoso rei, seu reinado não foi tão poderoso quanto o de Shaka. De modo geral, as evidências presentes na History for Today tentam alertar que “[...] embora os zulus tivessem criado um império para si mesmos no Leste, ainda sentiam a necessidade de atacar antigos inimigos”⁷⁵. E, em mais um registro das ações de Dingane, são acionadas como evidências as narrativas de viajantes, comerciantes e artistas europeus, como é o caso do comerciante inglês Nathaniel Isaacs que viveu de 1808 a 1872 e é descrito como um aventureiro inglês que desempenhou um papel importante na história da região de Natal na África do Sul. Em 1836, Isaacs publica um livro dividido em dois volumes sobre a história dos zulus intitulado “Aventuras na África Oriental”. Este livro é adotado como fonte pelos

⁷⁴ Ibid., 164.

⁷⁵ GRAVES; VIGLIENO; CONSUL, op. cit., p. 165.

organizadores do History for Today, bem como por outros historiadores que se ocupavam em escrever a história da África do Sul. Um trecho do livro presente nessa coleção de livros de história tenta explicar as intenções de Dingane. Para Isaacs,

[...] Shaka achava impossível que seu país pudesse avançar em grandeza por qualquer outro meio que não fosse pelo poder físico de seu povo; que no momento em que se lhes permitia relaxar de um rígido sistema de disciplina bélica, eles se tornariam a presa das tribos que os rodeavam [...] Dingane, por outro lado, buscava o repouso, demonstrando a ânsia de ver seu país tranquilo e seu povo feliz [...] ⁷⁶

Chegado a esse ponto, as fontes apontadas como evidências pela History for Today traçam nitidamente uma linha de diferença entre os reinados de Shaka e Dingane. Nessa perspectiva, se por um lado Shaka é posto como defensor das guerras como única maneira de manter o povo zulu no poder e garantir-lhes a sobrevivência, por outro, Dingane ansiava ver seu povo feliz e livre de guerras, indo na contramão do seu irmão Shaka. Ora, mas qual a intenção presente na coleção History for Today ao tentar registrar na história uma imagem de Shaka como sinônimo de guerras e brutalidade e de Dingane como apaziguador? Pode-se sugerir que uma das intenções tenha sido monumentalizar a imagem de Shaka – um grande e importante líder do povo zulu – como sinônimo de destruição e “barbárie”, enquanto que Dingane seria mais propício à negociação com europeus, logo, menos “irracional” e “bárbaro”.

Em um trecho destacado pela History for Today que menciona acontecimentos de 1836, anos finais do reino de Dingane, diz que

[...] parece que depois de mais de vinte anos de agitação, as tribos Nguni estavam esperando para se estabelecessem. O rei dos zulus, Dingane, estava preparado para aceitar isto, desde que sua autoridade e poder não fossem desafiados. Uma interpretação da evidência indica que em 1836, os zulus tinham adquirido vastos rebanhos de gado. Por meio da guerra, tributo e absorção de tribos, eles controlaram as regiões da costa leste entre as planícies do Umzimvubu e do Makatini. Para prover pastos para seus rebanhos, eles costumavam mover seu gado no verão - para áreas de pastagem de inverno. Isso significava que eles precisavam controlar vastas áreas de terra e ressentiam-se de qualquer intruso ⁷⁷.

As primeiras frases referem-se a um provável acordo de paz entre os zulus e outros povos, identificados como “tribos”. Um acordo que colocaria fim em mais de 20 anos de “guerras tribais”, como são nomeados os sujeitos de diferentes grupos étnicos que ali

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ GRAVES; VIGLIENO; CONSUL, op. cit., p. 66.

habitavam antes da chegada dos colonizadores brancos. Em seguida, as narrativas chamam atenção para o fato de que em 1836 os zulus teriam adquirido uma grande quantidade de gado por meio de guerras e absorção de outras “tribos”. Mas essas mesmas narrativas não fazem menção à relação estabelecida entre o gado e os zulus, como, por exemplo, o fato de que as mulheres eram excluídas do cuidado com o gado, ficando este trabalho apenas como ofício dos homens.

Ao longo de toda a *History for Today* percebe-se que as várias representações de tudo que se refere aos zulus e aos outros grupos étnicos não têm especificações étnicas precisas. Na verdade, os grupos étnicos sul-africanos foram monumentalizados em tal coleção como “tribos”. Raras foram as vezes que foram mencionadas suas identidades étnicas, salvo quando os nomes “zulus” e “xhosas” apareciam nas narrativas dos livros, mas sempre seguidos da palavra “tribais”. E, apesar de tratar de contexto diferente, as análises de Rahier ao escrever sobre a representação do negro na revista equatoriana *Vistazo*, ajuda a elucidar as entrelinhas das narrativas que vão tecendo o lugar e representando os zulus na *History for Today*. Se em tal revista “as imagens dos negros são postas fundamentalmente estereotipadas e altamente negativadas”⁷⁸, no caso da *History for Today* as narrativas historiográficas, muito mais que as imagens, cumprem esse papel.

Nesse sentido, é preciso estar atento às narrativas que tentam construir um lugar estereotipado e negativo dos zulus na África do Sul segregada. É preciso entender que essas narrativas possuem intencionalidades, que são politizadas e partem do ideário de construção de uma única versão da história geral da humanidade. Num país em que a população branca e de descendência europeia era posta como superior às demais por conta da cor da sua pele e da descendência europeia, os relatos de viajantes europeus brancos eram tomados como as únicas evidências verídicas na *History for Today*. Mas, quais legitimidades teriam estes relatos? Por que dotar de veracidade apenas relatos de brancos? Tais questionamentos implicam num debate de legitimidade das fontes historiográficas, legitimidade atribuída aos brancos, posto que a África do Sul esteve imersa num sistema segregacionista e os livros didáticos de história estavam bastante influenciados por essa política. Logo, nada mais coerente que fossem exaltados nos livros didáticos os acontecimentos dos brancos europeus, inscritos como aqueles que levaram a “civilização e desenvolvimento” para aquelas terras do sul global.

A análise do lugar e representação dos zulus em tais coleções reflete muito bem a tentativa de construção e legitimação de uma identidade nacional sul-africana branca como

⁷⁸ RAHIER, op. cit., p. 17.

positiva e a do negro como negativa. A coleção foi dividida, basicamente, entre história dos brancos e dos negros, sendo destinado mais de 2/3 de páginas à história dos brancos e apenas 1/3 às dos zulus e dos demais grupos étnicos, evidenciando assim um silenciamento a respeito dos povos zulus em tais coleções. É importante que a narrativa historiográfica sempre considere a alteridade das ações humanas nos diferentes espaços e tempos. E é sob essa alteridade humana que, na perspectiva de Rüsen⁷⁹, a narrativa histórica deve operar no processo de tessitura da História, sempre com o cuidado de não homogeneizar as experiências dos sujeitos.

Notadamente, por muito tempo reforçou-se nos livros didáticos de História uma imagem homogênea, “exótica”, “não civilizada”, “não humana” dos zulus. Em contrapartida, construiu-se o ocidente e, de modo mais particular, a Europa, como “produtora de conhecimento”, como “civilizada”, como “personificação da humanidade”. É nesse sentido que se concorda com o sociólogo Boaventura Santos⁸⁰ quando diz ser urgente a necessidade de se criar um mapa emancipatório como um dos meios de imaginar e viver novas e diferentes possibilidades na produção de conhecimento e nas experiências sociais dos sujeitos. E algumas mudanças já ocorreram no interior da ciência histórica com os debates suscitados pelas narrativas e pelo crescimento dos estudos africanos, refletindo na nova África do Sul que emerge do violento período de segregação. O fim oficial do Apartheid traz consigo não só a instauração da democracia na África do Sul, mas uma série de mudanças no cenário educacional, sobretudo, nas abordagens dos livros didáticos de história⁸¹. Sujeitos que por muito tempo foram silenciados pela historiografia ocidental ou que tiveram suas identidades homogeneizadas, passaram a ser ouvidos no processo de tessitura da história sul-africana e a compor as páginas dos livros didáticos de história.

Considerações finais

Quanto ao silenciamento e à homogeneização dos zulus impressos nos livros didáticos de História adotados durante o Apartheid na África do Sul compreende-se que eles têm dado margem para uma abordagem maciça das experiências dos sujeitos ocidentais, com

⁷⁹ RÜSEN, Jorn. *História Viva – Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: UNB, 2007.

⁸⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

⁸¹ Sobre essas mudanças ocasionadas com o fim do Apartheid, ver o trabalho intitulado “A África na sala de aula na África: a reinvenção dos zulus” de autoria de Aldina da Silva Melo.

ênfase para a Europa. Assim, chegando a este ponto, cabe frisar que a “História Oficial” tem obliterado experiências de sujeitos do Sul global, e destinado a estes um “não lugar” ou o lugar dos “últimos outros” no ensino de história.

A proposta presente nas entrelinhas dos livros didáticos aqui analisados foi a de que os colonizadores da África do Sul teriam trazido consigo o “desenvolvimento” àquelas terras de “selvagens”. Essas imagens de “selvagens” foram gestadas na Europa ao longo de séculos, seguindo determinados fins políticos e ideológicos da colonização territorial, social, mas também epistemológica. “O projeto de colonização procurou homogeneizar o mundo, obliterando as diferenças culturais. Com isso, desperdiçou-se muita experiência social e reduziu-se a diversidade epistemológica, cultural e política do mundo”⁸². Para Boaventura de Sousa Santos, os colonialismos se mantêm e continuam a se manter sobre a forma de colonialidade de um “saber-poder” que influencia as próprias constituições das identidades das várias nações do mundo.

As evidências acionadas pela History for Today tenderam a inscrever os zulus como os responsáveis pela destruição de diversas comunidades e vilarejos ou mesmo pela morte de outros habitantes da África do Sul. Os guerreiros zulus foram descritos como aqueles que devastaram a vida humana naquelas terras. Ora, é importante pontuar que essas mesmas narrativas que construíram os livros de história não acusaram os brancos europeus de serem responsáveis por inúmeras mortes e destruições de outros povos e culturas desde quando foram iniciadas as navegações e explorações europeias pelas terras do globo. O que essas narrativas fizeram foi atribuir o status de grandiosidade e positividade a essas navegações e explorações, construindo assim uma memória positiva dos brancos e da Europa em relação aos seus feitos no mundo. Pode-se sugerir, deste modo, que as narrativas que vão construindo, impondo e silenciando a identidade dos zulus na History for Today fazem parte de um projeto mais amplo da ciência histórica que tentou, por muito tempo, inscrever a Europa e o ocidente como os únicos produtores de conhecimento e cultura. Nesse sentido, embora a história dos zulus tenha sido estudada no ensino de história da África do Sul segregada, o foi de modo acrítico, estereotipado, tendo suas identidades, quando não generalizadas com as dos outros grupos étnicos, inscritas como negativas e inferiores.

⁸² SANTOS, op. cit., p. 10.